



## ATA DA 2ª REUNIÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

*Handwritten signature and initials*  
web

--- Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezoito, nas instalações da CIM do Alto Minho, sitas em Ponte de Lima, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada de CIM Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva Convocatória. -----

--- Estavam presentes alguns membros do Conselho Intermunicipal da CIM Alto Minho, designadamente, o Sr. Presidente do Conselho, José Maria da Cunha Costa. -----

--- Presidiu a reunião Eduardo Jorge do Paço Viana, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, procedendo aos cumprimentos e agradecimentos habituais. -----

--- Foi registada a informação sobre as ausências comunicadas e justificadas, dos membros: José Carlos Coelho Resende da Silva, eleito pela Assembleia Municipal de Viana do Castelo pelo Partido Socialista; Sandra da Silva Neiva e Maria Augusta Gabriel R.L. Fernandes, eleitas pela Assembleia Municipal de Ponte da Barca pelo Partido Social Democrata; Sérgio Paulo Brito Oliveira, eleito pela Assembleia Municipal de Ponte da Barca pelo Partido Socialista; e Matilde Sofia Soares Brito, eleita pela Assembleia Municipal de Ponte de Lima, pelo CDS-PP, e que pediu para ser substituída pelo membro suplente, Manuel Matos Lima. -----

--- De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal chama José Augusto de Brito Pacheco, eleito pela Assembleia Municipal de Paredes de Coura, do Partido Socialista, e Ana Maria Ribeiro Novo, eleita pela Assembleia Municipal de Viana do Castelo pelo Partido Socialista, dois dos membros que não haviam sido investidos na reunião de instalação, por não estarem presentes, para assinatura do Termo de Investidura, verificando que apenas estava presente Ana Maria Ribeiro Novo, eleita pela Assembleia Municipal de Viana do Castelo pelo Partido Socialista. -----

--- Foram confirmadas as presenças dos membros da Assembleia Intermunicipal, conforme lista de presenças – 32 presenças, que fica anexa à presente ata, e os trabalhos iniciaram-se de acordo com a Ordem de Trabalhos. -----

### **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

--- O Presidente da Mesa iniciou a sessão com a informação dos nomes de cada líder de bancada, de acordo com a indicação recebida, sendo: pelo PS - José António Lopes Nogueira; pelo PSD - Maria Emília Sousa Cerqueira; pelo CDS-PP - João Evangelista R.B. Mimoso de Moraes; pela CDU - Joaquim Celestino Ribeiro; pelo Movimento Independente "PenCe" - Cristina



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the word 'WEB' and some illegible scribbles.

Sofia Martins e pelo Movimento Independente “Ponte de Lima Minha Terra” - João Manuel Alves de Castro. Também informou da reunião prévia, à presente reunião, já com os líderes de bancada, onde foi decidido que toda a documentação relativa a cada Assembleia Intermunicipal é enviada para todos os membros por mail e, em papel, apenas para os líderes de bancada e para quem, expressamente, o solicitar. A referida documentação também será colocada on-line, no site da CIM Alto Minho, no sítio da Assembleia Intermunicipal, para que possa ser consultada por quem assim o entender. Estas decisões foram aceites e subscritas por todos os membros da Comissão Permanente. -----

**1.1 - Apreciação e votação da Ata da 1ª Reunião da Assembleia Intermunicipal realizada em 5 de janeiro de 2018.** -----

--- O Presidente da Mesa perguntou se alguém pretendia pronunciar-se e, não havendo nenhuma inscrição, passou de imediato à votação deste ponto. Registou-se a aprovação da ata por maioria, com o total de 31 votos a favor e 1 abstenção. -----

**1.2 - Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.** -----

--- Pelo Senhor Presidente da Mesa foi aberto o período de inscrições para este ponto, tendo-se iniciado as intervenções de diversos membros. -----

Abel Lopes – Aludindo aos 44 anos da Revolução de Abril, faz uma introspectiva do CDS-PP e do seu percurso político, referindo o seu contributo e a importância no poder local, a relação com os PALOP's, a necessidade de reforço das competências da responsabilidade da administração local e o trabalho que ainda há a fazer, bem como as respetivas vantagens. Refere os órgãos políticos locais e os autarcas de Ponte de Lima, e o seu papel no desenvolvimento do concelho. (Doc.8/2018) -----

--- O Presidente da Mesa informa que foi recebida uma Moção do Grupo Intermunicipal Socialista da Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho, intitulada “A Liberdade de Abril e a Luta pelos Direitos dos Trabalhadores no 1º de Maio”. Esta moção circulou por todos os partidos e por todos foi subscrita. Oportunamente chamará Óscar Silva, do PS, para proceder à sua leitura, sendo que será transformada numa Moção da Assembleia Intermunicipal. -----

Rocha Neves - Dirigindo-se a todos os presentes, inicia a intervenção, referindo as décadas de políticas erradas no que diz respeito ao ordenamento do território e à gestão dos recursos naturais; a desertificação verificada e a quebra de natalidade, que comprometem o futuro. Alude à centralização existente em Lisboa e o facto do poder central beneficiar de grande parte dos recursos e o acesso à maior fatia dos fundos comunitários, com o prejuízo do desenvolvimento harmonioso do resto do país. Realça a importância do papel das autarquias em diversas áreas e a falta de um poder político intermédio, de incidência democrática, que possa articular objetivos



*Handwritten signature and initials*

comuns e complementares, referindo que as CIM não são a solução, por não serem órgãos eleitos por voto direto, e pela falta de meios financeiros necessários ao desenvolvimento económico e sustentável do país. Conclui lembrando o artº 238 da Constituição Portuguesa, onde estão contempladas as regiões administrativas, informando que, oportunamente, a CDU irá apresentar, a esta Assembleia, uma moção que permita cumprir plenamente o artº 238, com a efetiva criação e funcionamento das regiões administrativas. (Doc.9/2018) -----

Joaquim Celestino Ribeiro – Apresenta os cumprimentos referindo o facto de, por a última reunião ter sido muito preenchida, não ter havido oportunidade de discutir alguns assuntos. Foca-se na informação dada pelo Presidente do Conselho relativamente ao modelo de gestão do abastecimento de água e saneamento em baixa e ao aprofundamento dos estudos em desenvolvimento, por parte da CIM ou das Águas de Portugal, e se há matéria que possa ser partilhada, e que possa ajudar ao esclarecimento e à tomada de decisão por parte dos municípios envolvidos. Levanta algumas questões, que considera da maior importância, já que este modelo de gestão conjunta, a ser implementado, leva à perda da mais valia técnica, detida pelos serviços municipais, comprometendo um hipotético retorno à situação de gestão municipal. Refere as implicações a nível laboral e de políticas de preços, embora reforçando que estas decisões serão tomadas, individualmente, por cada município. -----

Jorge Ribeiro – Apresenta cumprimentos e partilha algumas preocupações, solicitando esclarecimentos quanto à gestão dos fundos comunitários para os equipamentos sociais e, também, quanto à melhoria da eficiência dos regadios tradicionais. Em relação aos equipamentos sociais refere as verbas alocadas como exíguas (2.800.000,00€, já com reforço) para a quantidade de equipamentos existentes no território da CIM Alto Minho, dando como exemplo o valor de 170.000,00€, para Melgaço. Refere a existência do excesso de dispersão de equipamentos, salientando as melhores intenções das entidades num serviço de proximidade, mas também do grande número de equipamentos que funcionam sem licenciamento, situação que, atualmente, já não deve acontecer e que podem levar ao encerramento de alguns dos equipamentos. Solicita à CIM Alto Minho que acautele a afetação das verbas que, não sendo suficientes para grandes obras, podem solucionar pequenos problemas, mas que permitem o acesso ao licenciamento dos equipamentos. -----

Na segunda questão apresentada, dos apoios aos regadios tradicionais, refere a forma como todo o processo foi mal conduzido, de forma apressada e atabalhoada, entre os diversos envolvidos – CIM e municípios e, também, Ministério da Agricultura, e questiona o mapeamento da área regada. O facto dos apoios financeiros para as áreas a regar não terem em conta o local onde é efetuada a captação da água, compromete a correção de todo o processo, dando como exemplo uma situação concreta, em Alvaredo, concelho de Melgaço. Fala dos ideais de



*Handwritten signature and initials*

descentralização, de legitimar a aproximação da decisão às populações locais e de como, na sua opinião, a forma como se tratam certos assuntos, compromete estas aspirações. -----

Óscar Silva – Dirige-se a todos os presentes e inicia a leitura da Moção “A Liberdade de Abril e a Luta pelos Direitos dos Trabalhadores no 1º de Maio”, apresentada pelo Grupo Intermunicipal Socialista, mas subscrita por todas as outras forças políticas. Por este motivo, pede que, onde for lido Grupo Intermunicipal Socialista, seja assumido como Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho. (Doc.10/2018) -----

--- Não havendo mais inscritos, o Presidente da Mesa passa a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal, pedindo que fosse abordado o assunto apresentado na última reunião pela CDU, sobre o fim do serviço de vigilância humana nas barragens da EDP e que foi assumido pelo Conselho Intermunicipal. -----

José Maria Costa – Apresenta cumprimentos a todos os presentes e transmite que o CI se associa às comemorações do 25 de Abril e 1º de Maio. -----

Relativamente à questão do fim da vigilância das barragens, o Conselho Intermunicipal, tal como tinha ficado assumido, procedeu às diligências necessárias, tendo recebido resposta da Secretaria de Estado do Ambiente. Toda a documentação foi, previamente, enviada aos membros da Assembleia Intermunicipal, de forma que todos têm conhecimento da informação e esclarecimentos prestados. (Doc.11/2018) -----

Quanto às questões levantadas pelo membro Jorge Ribeiro, informou da concordância com as preocupações apresentadas e referiu as dificuldades com que se depararam na montagem deste Quadro Comunitário, que assentava na pré-identificação dos investimentos a serem elegíveis nos diversos domínios e a difícil agilização de todo este processo, bem como a dificuldade na priorização dos investimentos. Informou da discordância da CIM no mapeamento de algumas áreas de investimento, como por exemplo a educação e, também, na questão dos regadios, cuja proposta veio diretamente da Direção Regional, tendo a CIM reagido com surpresa, face a algumas situações, em virtude de não entenderem nem o mapeamento, nem as verbas envolvidas. Informou que ele próprio e um vereador da CM de Ponte de Lima, se deslocaram a Lisboa procurando esclarecimentos sobre esta matéria. Reconhece que, apesar de se ter aperfeiçoado um pouco este processo, foi uma área que não correu muito bem. -----

No que diz respeito aos equipamentos sociais e saúde, informa que também nestas matérias, pelas poucas verbas envolvidas, houve o voto contra relativamente à metodologia adotada. Inclusivamente a CIM Alto Minho e outras duas CIM, resistiram à assinatura do Pacto, por não concordarem com o modelo. Informa que, para os equipamentos sociais, os critérios foram definidos a nível nacional, identificados de acordo com as necessidades locais, nas diversas áreas de intervenção (1ª infância. Idosos...), sendo solicitado às CIM um exercício difícil, de



Handwritten signature and initials in blue ink.

definição de um 2ª nível de prioridades, que devia ser da responsabilidade da Direção Regional em articulação com as CIM e IPSS. Face às verbas insuficientes para as necessidades, há dificuldades acrescidas, por não ser permitido o financiamento de equipamentos que não tenham Acordos de Colaboração. Está a ser trabalhado um conjunto de iniciativas na identificação das necessidades, no sentido de haver reforço para estas áreas na reprogramação do Quadro Comunitário. Apesar das dificuldades está-se a procurar a melhor solução para estes assuntos. - Em resposta à questão colocada pelo membro Joaquim Ribeiro, o Presidente refere que houve informação que já foi dada na reunião anterior e informa que esta matéria está a ser desenvolvida em 2 níveis. A CIM Alto Minho está a desenvolver estudos para a construção de um modelo de agregação, que permita ganhos de gestão, de escala e melhoria de eficiência, avaliando um conjunto de vantagens que se poderão obter. Pela Águas de Portugal, e relativamente a uma outra abordagem, de construção de uma empresa de parceria pública/pública – Águas de Portugal e Municípios, há estudos de serem ultimados, com cenários, que ajudem à tomada de decisão, como o nº de municípios envolvidos e os investimentos, de forma a que se possa fazer a avaliação dos estudos de viabilidade financeira, o que será o regime da trajetória tarifária e dos ganhos a obter. Realça a complexidade técnica desta matéria e informa que está em curso a avaliação, de maior detalhe e a uma escala mais fina, que poderá contribuir, para os municípios que assim o entendam, levem esta questão aos seus Órgãos. Salienta que é uma matéria sensível, estando estabelecido que, sendo competências próprias, cada município tomará as suas decisões. No entanto informa que há ganhos com a agregação, oportunidade dada pelo POSEUR, na majoração de fundos comunitários para intervenções de redes de abastecimento em baixa. Conclui informando que se aguardam os estudos, para partilha de informação e que possa ajudar na tomada de decisão, apesar de haver municípios onde já houve essa tomada de decisão. Podendo haver decisões diferentes para diferentes municípios, é um processo que ainda não está fechado. -----

--- O Presidente da Mesa agradece ao Presidente da CIM e, relativamente à questão apresentada por Jorge Ribeiro, dos fundos comunitários, salienta o esforço que a CIM e os municípios desenvolvem no acompanhamento deste assunto, quer na sua reprogramação, quer no desenho do próximo quadro comunitário. Sendo um assunto de grande importância, informa de uma visita que ocorreu do presidente da CCDR-N à Assembleia Municipal de Viana do Castelo e das diligências junto do Ministro do Planeamento, por parte do Presidente da CIM. Manifesta a solidariedade total, em nome da Assembleia Intermunicipal, relativamente a estes assuntos, em prol da Região. -----



De seguida coloca à votação a Moção “A Liberdade de Abril e a Luta pelos Direitos dos Trabalhadores no 1º de Maio”, apresentada pelo Grupo Intermunicipal Socialista, leia-se Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho, que foi aprovada por unanimidade. -----

--- Passa ao Período da ordem do dia, ao ponto **2.1 - Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal**, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

--- Seguidamente, o membro Joaquim Ribeiro pede para intervir, esclarecendo que, na reunião prévia ao início da sessão, houve a informação que o Sr. Presidente do Conselho se iria referir à moção apresentada na última reunião pela CDU, no 1º ponto da ordem de trabalhos. No entanto, e porque já houve informação do desenvolvimento, relativamente a esta matéria, gostaria de deixar umas notas, abdicando de se referir ao assunto oportunamente. O Presidente da Mesa anuiu, sem prejuízo do Presidente do Conselho se voltar a manifestar, caso assim o entenda. ----

Joaquim Celestino Ribeiro – Dar a boa nota do cumprimento integral que ficou assumido, de que o Presidente do Conselho Intermunicipal daria seguimento à moção apresentada e também, de que a moção era oportuna, premente e importante, importância reconhecida pelo Governo na prontidão com que deu a resposta e pelas dúvidas e solicitações adicionais, feitas pelo próprio Governo. Conclui alertando para a importância e para a necessidade da discussão, entre todos, de certas matérias, reforçando o papel do Conselho Intermunicipal no apoio a estas questões. ---  
José Maria Costa – Interpelado pelo Presidente da Mesa, refere que é função do Conselho Intermunicipal cumprir e dar sequência às solicitações da Assembleia, dando o melhor andamento possível a todas as questões pertinentes. É este o espírito da CIM. -----

**2.1. Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal**, apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal. É cedida a palavra ao Senhor Presidente do Conselho, José Maria Costa. -----

José Maria Costa – Passando ao ponto em apresentação, refere como principal atividade a operacionalização dos financiamentos comunitários, que tiveram início já no 2º semestre de 2017, e a preocupação na prossecução dos projetos conjuntos, como os projetos do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial e nas muitas interações desenvolvidas com a CCDR-N e a Autoridade de Gestão, pedindo esclarecimentos adicionais que se prendem, por exemplo, com a eficiência energética, e com a possibilidade de fazer uma atualização ao PDCT, para algumas das áreas em curso, relativamente ao que é o programa de reprogramação. Foi também, dado início à operacionalização da DLBC Costeira “Litoral Norte”, com um envelope financeiro na ordem dos 10 milhões de euros. Informa da aprovação final e início do processo, bastante complexo, do PROVERE Minho Inovação, em parceria com as CIM do Cávado e do Ave, referindo a apresentação pública, realizada neste dia, da iniciativa conjunta da promoção da gastronomia – “Região Europeia de Gastronomia” e, também, do Congresso Europeu, a realizar



2 web

nas 3 CIM's. Refere o lançamento de um conjunto de candidaturas na área do desenvolvimento turístico e da promoção, e que se aguarda uma reunião com o Instituto de Turismo, para avançar com uma candidatura do património e da cultura. Também dá conta dos vários projetos em curso na área do ambiente; o início do Alto Minho 4D, intervenção conjunta que associa a valorização do património à visitação e o incentivo das artes, nas diversas áreas, valorizando o património construído e alguns sítios de valor arqueológico e ambiental, bem como a aprovação de candidaturas na área das alterações climáticas. Resume parte da atividade de CIM como um trabalho de operacionalização, gestão e reprogramação de candidaturas que decorrem, agora, a um ritmo normal. Refere a assinatura da constituição do AECT Rio Minho, entre a CIM Alto Minho e a Deputação de Pontevedra (com 16 dos seus municípios), e todo um conjunto de iniciativas em diversos domínios. Participação na discussão de diversos problemas, tal como a decisão a ser tomada até Junho, em relação aos sistemas das redes de eletricidade em baixa, uma vez que a concessão da EDP termina em 2021; a situação relativa à concessão dos transportes e a transferência para os municípios, no sentido de encontrar um desenho conjunto que permita a melhor solução para as necessidades que melhorem as ligações entre os concelhos e dentro dos próprios concelhos; mais uma vez alude à questão das redes de abastecimento dá água em baixa, assunto que também tem ocupado grande parte do tempo. Conclui a intervenção ressaltando que estas são matérias sensíveis e de grande complexidade, revestindo-se de grande importância para a CIM Alto Minho. -----

--- O Presidente da Mesa, agradecendo a intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM, questiona a Assembleia sobre questões a apresentar. Inscreve-se Maria Emília Cerqueira. -----

Emília Cerqueira – em nome do grupo do PSD, coloca 2 situações, já referidas pelo Presidente da Mesa. Preocupação quanto à reprogramação do 2020 e à oposição, clara e frontal, que a CCDR-N tem vindo a tomar, face ao que se pretende, nomeadamente no que se refere aos fundos de coesão. Outra questão prende-se com duas preocupações em relação ao 2030, pedindo que, estas, sejam alvo de reflexão por parte da CIM e, depois também, na fase de negociação. As notícias que se ouvem, de redução de 7% nos fundos para a PAQ e para a Coesão, no 1º e 2ª Pilar, fundamentais para a Região, deixam uma grande preocupação, tendo em conta a circunstância especial e territorial da CIM Alto Minho. Manifesta, em nome do grupo do PSD, toda a solidariedade e disponibilidade para o apoio que seja necessário, em prol da defesa deste território. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Mesa, passa a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal. -----



José Maria Costa – Respondendo em relação ao 2020, informa que foi constituída uma comissão informal entre a Área Metropolitana do Porto e as 7 CIM da Região Norte, para um conjunto de iniciativas, tendo havido, no Conselho Regional do Norte, uma tomada de posição unânime. Informou que a CIM Alto Minho, já em maio de 2017, pediu uma reunião para ser discutida a reprogramação, de forma a evitar surpresas, com a apresentação de documentos, praticamente, fechados. Nas negociações iniciais, e o que está a ser ultrapassado embora não tendo ainda o quadro final, era uma transferência de 220 milhões de euros de Feder para programas nacionais, com a contrapartida de 220 milhões de euros de FSE. Estas verbas ficariam no território mas sem capacidade de intervenção dos agentes locais, referindo que não eram estas as expectativas dos municípios e das diferentes entidades, que esperavam que houvesse um reforço para certas iniciativas. Tem, no entanto, a convicção que o processo vai evoluir positivamente. -----

Relativamente ao Programa 2030, informa que a intervenção da CIM é ainda muito limitada, e o que tem feito, nos fóruns onde a CIM e os municípios participam, é apoiar as iniciativas que o Governo tem defendido, acompanhado pelo principal partido da oposição, junto da Comissão Europeia, no que diz respeito às políticas de coesão. É uma matéria complexa, as estimativas são pouco claras, fala-se de diversas reduções, a nível do envelope global, mas também de que não haja redução da política de coesão. A CIM e o Departamento de Finisterre (com o qual a CIM tem uma parceria), assinaram um documento a favor da política de coesão, para que fosse discutido na Comissão Europeia. É um assunto que preocupa, não só a redução dos fundos, mas a acessibilidade aos mesmos e quais os indicadores que vão servir de base para o seu acesso. Referiu algumas notícias, que falam em privilegiar os países com um conjunto de critérios, que nos poderão prejudicar. É um assunto que preocupa e que está a ser acompanhado com a devida atenção. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção, e uma vez que o ponto da atividade da Comunidade Intermunicipal não é submetida a votação, passa ao ponto **2.2. Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2017**, cedendo a palavra ao Senhor Presidente da CIM. -----

José Maria Costa – Sendo que a apresentação anterior prende-se, um pouco, com o relatório de gestão, refere que o ano de 2017 foi o 1º ano de arranque do Quadro Comunitário e que algumas intervenções começaram, agora, a ter alguma sequência e operacionalização. Explica que, mesmo no PDCT, as taxas de execução são relativamente baixas, devido à aprovação tardia das candidaturas e à necessidade de operacionalizar algumas transferências internas, entre algumas áreas. Sendo que toda a informação está plasmada nos documentos, refere que as contas foram devidamente certificadas pelo ROC, cumprindo todos os requisitos e o devido





*Handwritten signature and initials*

enquadramento legal, existindo apenas referências para haver uma maior capacidade, relativamente aos centros de custo, havendo já um esforço na melhoria destas questões. -----  
Refere a forma com a CIM é referenciada, de forma positiva, sempre que é objeto de avaliações e auditorias a fundos comunitários e agradece ao Secretário Executivo e a toda a equipa técnica o trabalho desenvolvido. Agradece também, a todos os colegas do Conselho Intermunicipal, pelo trabalho exemplar, que foi desenvolvido. -----

--- O Presidente da Mesa agradece e não havendo inscrições, passou à votação do documento – Relatório de Gestão e Contas do ano de 2017, tendo sido aprovado por unanimidade, com 32 votos. (Doc. 12/2018) -----

--- O Presidente da Mesa passa ao ponto **2.3 – Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018**, e cede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal.-----

--- José Maria Costa – Refere ser o procedimento comum de incorporação dos saldos de gerência nas GOPO de 2018, para reforço de algumas rubricas orçamentais, nomeadamente o PROVERE, Minho Inovação. -----

--- O Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado e não havendo inscrições, passou de imediato à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, com 32 votos. (Doc.13/2018) -----

--- O Presidente da Mesa passa ao ponto **2.4 - Comunicação das Alterações Orçamentais**, dando a palavra ao Presidente do Conselho, que refere tratar-se, apenas, de transferências entre rubricas, com o reforço de algumas, como estudos e projetos, que não tinham dotação orçamental. (Doc.14/2018)-----

--- Não havendo inscrições e pelo facto deste ponto ser apenas para comunicação à Assembleia Intermunicipal, o Presidente da Mesa passa ao ponto **2.5 – Ratificação dos Procedimentos de Carater Plurianual de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017**, cedendo a palavra ao Senhor Presidente da CIM.-----

José Maria Costa – Refere, de acordo com a Lei do Compromissos, que a assunção de compromissos plurianuais aprovados em Conselho Intermunicipal, já com aprovação prévia, têm que ser apresentados à Assembleia Intermunicipal para ratificação (de acordo com mapa anexo – Doc.15/2018) -----

--- O Presidente da Mesa abre o período de inscrições para discussão do ponto apresentado e não havendo inscrições, passou à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, com 32 votos-----

--- O Presidente da Mesa toma a palavra para duas notas finais. A criação da Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Intermunicipal, assunto já referido na reunião anterior pela Mesa, sendo que é um procedimento habitual no início de cada mandato. Foi um assunto já abordado na reunião prévia de líderes, e comunica os nomes dos elementos indicados por cada



*[Handwritten signature and initials]*

agrupamento, referindo que, com a sua aprovação, entrará de imediato, em funcionamento. Não havendo inscrições pede a ratificação deste assunto. O membro José Nogueira intervém, dizendo que não se pode votar, desta forma, os nomes das pessoas que constituirão esta Comissão. De seguida, a líder do PSD, Emilia Cerqueira, propõe que se vote a constituição da Comissão e que, posteriormente, cada agrupamento indicará os nomes dos seus elementos, que até já são conhecidos. José Nogueira aproveita para referir que os membros da Mesa também fazem parte da Comissão. O Presidente da Mesa coloca à votação a criação da Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Intermunicipal, composta pelos membros da Mesa e por um elemento de cada bancada, que é aprovada por unanimidade. -----

--- De imediato Emilia Cerqueira indica Elisabete Caldas, como elemento do PSD; José Nogueira indica Manuel Luís Gonçalves, como elemento do PS; pelo PenCe, Cristina Sofia Martins, pela CDU, Joaquim Celestino Ribeiro e pelo PLMT, João Manuel Castro, sendo que o CDS-PP enviará a informação, oportunamente. -----

--- A segunda questão colocada, refere-se a um assunto já falado na 1ª assembleia, quanto à forma como as atas são votadas em minuta. Refere o hábito existente em votar a ata em minuta de cada um dos pontos da ordem de trabalhos. Tendo, esta questão, sido de novo levantada, foi entendimento que, em prol de um melhor funcionamento, deve ser votada uma única ata em minuta, que inclua todos os pontos. A votação acontece no final da assembleia, o Presidente da Mesa faz menção a cada um dos pontos e da respetiva votação, e a ata em minuta é votada. ----

--- Assim, passou à referida votação, mencionando o ponto **2.2. Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2017**, aprovado por unanimidade, com 32 votos; o ponto **2.3 – Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018**, aprovado por unanimidade, com 32 votos e o ponto **2.5 – Ratificação dos Procedimentos de Carácter Plurianual de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017**, aprovado por unanimidade, com 32 votos. A Ata em Minuta foi aprovada por unanimidade, com 32 votos. -----

--- O Presidente passa ao último ponto da Ordem de Trabalhos: **Período de Intervenção do Público**. Abre o período de inscrições não se tendo inscrito ninguém. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa encerrou, pelas dezanove horas e vinte minutos, os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Emília Bessa, que a redigi.-----

Ponte de Lima, 30 de abril de 2018. -----



O Presidente da Assembleia

Eduardo Jorge do Paço Viana

O Vice-Presidente da Assembleia

Margarida de Fátima Gomes Vasconcelos

O Secretário da Assembleia

Abel Nunes Lopes

Maria Emília Bessa